



A Santa Sé

**DISCURSO DO PAPA BENTO XVI
AOS PARTICIPANTES NA PLENÁRIA
DO PONTIFÍCIO CONSELHO «JUSTIÇA E PAZ»**

*Sala do Consistório
Segunda-feira, 3 de Dezembro de 2012*

*Senhores Cardeais
Venerados Irmãos
no Episcopado e no Sacerdócio
Prezados irmãos e irmãs*

Estou feliz por vos acolher por ocasião da vossa Assembleia Plenária. Saúdo o Cardeal Presidente, a quem agradeço as amáveis palavras que me dirigiu, assim como ao Monsenhor Secretário, aos Oficiais do Dicastério e a todos vós, Membros e Consultores, reunidos para este importante momento de reflexão e de programação. A vossa Assembleia celebra-se durante o *Ano da fé*, depois do Sínodo dedicado à nova evangelização, assim como no quinquagésimo aniversário do Concílio Vaticano II e — daqui a poucos meses — da Encíclica *Pacem in terris*, do Beato Papa João XXIII. Trata-se de um contexto que por si só já oferece múltiplos estímulos.

Como nos ensinou o Beato Papa João Paulo II, a doutrina social faz parte integrante da missão evangelizadora da Igreja (cf. Encíclica *Centesimus annus*, 54) e, com maior razão, deve ser considerada importante para a nova evangelização (cf. *ibid.*, 5; Encíclica *Caritas in veritate*, 15). Recebendo Jesus Cristo e o seu Evangelho, não apenas na vida pessoal, mas também nas relações sociais, tornamo-nos portadores de uma visão do homem, da sua dignidade, liberdade e relacionalidade, que é caracterizada pela transcendência, tanto no sentido horizontal como vertical. Da antropologia integral, que deriva da Revelação e do exercício da razão natural, dependem a fundação e o significado dos direitos e dos deveres humanos, como nos recordou o Beato João XXIII, precisamente na *Pacem in terris* (cf. n. 9). Com efeito, os direitos e os deveres não têm como fundamento único e exclusivo a consciência social dos povos, mas dependem

primariamente da lei moral natural, inscrita por Deus na consciência de cada pessoa e, portanto, em última análise, da verdade acerca do homem e da sociedade.

Embora a defesa dos direitos tenha alcançado grandes progressos no nosso tempo, a cultura contemporânea, caracterizada entre outros por um individualismo utilitarista e por um economicismo tecnocrático, tende a desvalorizar a pessoa. Ela é concebida como um ser «fluido», sem uma consistência permanente. Não obstante esteja imerso numa rede infinita de relações e de comunicações, paradoxalmente, o homem de hoje parece muitas vezes um ser isolado, porque é indiferente a propósito da relação constitutiva do seu ser, que é a raiz de todos os demais relacionamentos, a relação com Deus. O homem contemporâneo é considerado em chave predominantemente biológica, ou como «capital humano», «recurso», parte de uma engrenagem produtiva e financeira que lhe é sobranceira. Se, por um lado, se continua a proclamar a dignidade da pessoa, por outro, novas ideologias — como a hedonista e egoísta dos direitos sexuais e reprodutivos, ou a de um capitalismo financeiro desregrado, que transgride sobre a política e desestrutura a economia real — contribuem para considerar o trabalhador dependente e o seu trabalho como bens «menores» e para ameaçar os fundamentos naturais da sociedade, especialmente a família. Na realidade o ser humano, constitutivamente transcendente em relação aos demais seres e bens terrenos, goza de um primado real que o põe como responsável por si mesmo e pela criação. Concretamente, para o Cristianismo, o trabalho é um bem fundamental para o homem, em vista da sua personalização, da sua socialização, da formação de uma família, da contribuição para o bem comum e para a paz. Precisamente por este motivo, a finalidade do acesso ao trabalho para todos é sempre prioritária, inclusive nos períodos de recessão da economia (cf. *Caritas in veritate*, 32).

De uma nova evangelização do social podem derivar um humanismo novo e um renovado compromisso cultural e projectual. Ela ajuda a destronizar os ídolos modernos, a substituir o individualismo, o consumismo materialista e a tecnocracia, com a cultura da fraternidade e da gratuidade, do amor solidário. Jesus Cristo resumiu e cumpriu os preceitos num novo mandamento: «Como Eu vos tenho amado, assim também vós deveis amar-vos uns aos outros» (Jo 13, 34); aqui está o segredo de toda a vida social plenamente humana e pacífica, assim como da renovação da política e das instituições nacionais e mundiais. O Beato Papa João XXIII motivou o compromisso em prol da construção de uma comunidade mundial, com uma autoridade correspondente, movendo precisamente a partir do amor, e exactamente do amor pelo bem comum da família humana. Assim lemos na *Pacem in terris*: «Existe, evidentemente, uma relação intrínseca entre o conteúdo histórico do bem comum e a configuração e o funcionamento dos Poderes públicos. Porquanto, assim como a ordem moral requer uma autoridade pública para a obtenção do bem comum na convivência humana, postula também, conseqüentemente, que esta autoridade seja capaz de conseguir o fim proposto» (n. 71).

Sem dúvida, a Igreja não tem a tarefa de sugerir, sob os pontos de vista jurídico e político, a configuração concreta de tal ordenamento internacional, mas oferece a quantos têm esta

responsabilidade, aqueles princípios de reflexão, critérios de juízo e orientações práticas que possam garantir a urdidura antropológica e ética em volta do bem comum (cf. Encíclica *Caritas in veritate*, 67). De qualquer modo, na reflexão é necessário recordar-se que não se deveria imaginar um superpoder, concentrado nas mãos de poucos, que dominaria sobre todos os povos explorando os mais frágeis, mas que qualquer autoridade deve ser entendida, antes de tudo, como uma força moral, faculdade de influir segundo a razão (cf. *Pacem in terris*, 27), ou seja, como autoridade participada, limitada por competência e pelo direito.

Agradeço ao Pontifício Conselho «Justiça e Paz» porque, juntamente com outras Instituições pontifícias, se propôs aprofundar as orientações que ofereci na *Caritas in veritate*. E isto, quer mediante as reflexões para uma reforma do sistema financeiro e monetário internacional, quer através da Assembleia Plenária destes dias e do Seminário internacional sobre a *Pacem in terris*, que terá lugar no próximo ano.

A Virgem Maria, Aquela que com fé e amor acolheu em si o Salvador para O oferecer ao mundo, nos oriente no anúncio e no testemunho da doutrina social da Igreja, a fim de tornarmos mais eficaz a nova evangelização. Com estes votos, é de bom grado que concedo a minha Bênção Apostólica a cada um de vós.